PROTOCOLO SIC [Redaction]
SECRETARIA: Secretaria da Educação
ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [Redaction]

DECISÃO OGE/LAI n.º 365/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Educação, número SIC em epígrafe, sobre quantidade de vagas de Professor de Língua Espanhola disponibilizadas para ingresso e respectivo exame de proficiência.

2. Em resposta, esclareceu-se a quantidade de vagas, bem como forma de avaliação para ingresso. Em recurso hierárquico, o solicitante formulou novo questionamento, referente a suposta desproporção entre o número de candidatos aprovados e o número de vagas disponíveis. Na sequência, o interessado interpôs o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto n.º 61.175/2015.

3. Analisando-se o feito, constata-se ter havido adequado atendimento ao pedido original, ofertando-se a informação sobre a quantidade de vagas disponibilizadas e a aprovação, em pleno cumprimento ao disposto no artigo 11, caput, da Lei n.º 12.527/2011. Por outro lado, em sede recursal, o recorrente efetuou solicitação diversa da inicial, em inovação que não se coaduna com a sistemática recursal da Lei de Acesso à Informação, na medida em que subtraíria ao órgão demandado a oportunidade de se manifestar sobre o pedido, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, legalmente fixado, ou apontando a existência de excepcional circunstância de restrição de acesso.

4. Ilustrativo, nesse sentido, posicionamento externado pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, do Governo Federal, ao justificar a Súmula 002/2015: “Esta súmula apresenta regra geral para o conhecimento de recursos interpostos no âmbito do processo administrativo de acesso à informação, segundo a qual somente deverá ser objeto de apreciação por instância superior matéria que já haja sido apreciada pela instância inferior. Nesse sentido, a alteração da matéria do pedido de acesso à informação ao longo dos recursos, quando leve ao aumento do seu escopo ou à sua mudança de assunto, poderá não ser objeto de apreciação pela instância superior, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição, uma
vez que o conhecimento de matéria estranha ao objeto inicial, quando levado à apreciação somente da última instância administrativa, pode levar à sua supressão, em prejuízo do administrado”.

5. Verifica-se, portanto, não haver propriamente insurgência recursal em face da decisão da unidade demandada, devido à ausência de identidade com a solicitação analisada inicialmente e atendida pelo órgão recorrido, resguardando-se o direito do interessado de formular novo pedido.


OGE, 28 de dezembro de 2016.

GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO